

22 MAR 1983

O desafio educacional

A situação da educação brasileira é realmente dramática, sem nenhum exagero. O próprio ministro da Educação, Marco Maciel, encarregou-se de traçar o quadro, de fato, sombrio.

O primeiro grande vestibular, por assim dizer, pelo qual passam os brasileiros é já no 1º Grau: nada menos da metade não vai adiante. O chamado 2º Grau começa a afunilar logo as gerações sucessivas, tornando íngreme o pico da pirâmide dos privilegiados.

E não se esqueça os que ficam fora de saída. Das 24 milhões de crianças brasileiras, entre oito e quatorze anos de idade, pelo menos um terço não consegue sequer o ingresso na primeira série. Daí continuar analfabeto 1/4 da população acima dos quinze anos.

Sem dúvida se fizeram grandes coisas na infra-estrutura do País: telecomunicações, estradas, portos e aeroportos, industrialização, aumento da produção agrícola etc. Mas foi esquecido o homem, quase por completo. Apesar de não existirem desenvolvimento e democracia com esta lacuna.

A pirâmide educacional está de cabeça para baixo. Isto não pode nem deve continuar. Inclusive porque não resistirá em equilíbrio

tão precário, senão impossível. O desenvolvimento e a democracia, em última instância, estão em jogo. O próprio Brasil, em termos de estabilidade social, não é só crescimento.

Claro que variam as causas da criminalidade por País. Mesmo os países mais desenvolvidos têm criminosos e viciados. O que não impede o fato de que a criminalidade específica às nações subdesenvolvidas, ou em desenvolvimento, provenha da pobreza, até da miséria, com seu cortejo de males, abrangendo naturalmente o déficit escolar.

O pior é que as tentativas de universalizar o ensino, reconhecendo o ministro Marco Maciel, têm implicado sobretudo desqualificação, queda de nível. O que em nada resulta de positivo. "Ao lado de assegurar escolas, devemos assegurar a merenda escolar e meios para que a criança permaneça na escola". O problema educacional significa, no fundo, mais um aspecto ou implicação da questão social. Se ao Ministério da Educação não podem caber reformas mais profundas da sociedade, ele já faz muito se minorar a vida e o destino da criança no âmbito da escola.

Os professores devem também

ser lembrados.

Além dos melhores salários, que naturalmente merecem, a eles compete maior participação nas decisões. Descentralização significa margem para participar. Só assim chegam adequadamente ao topo as reivindicações. O Ministro demonstra-se consciente também disto.

Tantas metas urgem mais recursos.

Já foi prevista uma solução que se espera não fique no papel.

A Emenda João Calmon prevê e determina a alocação de 13% da receita dos impostos em favor do sistema educacional nos vários níveis. O novo Ministro da Educação já está anunciando seu adequado aproveitamento: agilizar a liberação de fundos para o Mobral, as transferências de recursos do Finsocial para a educação e um programa de automático repasse do salário-educação. Isto para começar, porque a estrada se apresenta longa e cheia de percalços.

Universidade, neste contexto, vem como coroamento. É o cume da pirâmide, justo se ela estiver equilibrada, com amplas bases. O que não pode continuar é o que hoje existe, fruto de antigas e incrementadas distorções.

Educação